

Biopoder em ação: seria o corpo um capital para os super-heróis da vida real?

Flávia Zimmerle da Nóbrega Costa*
Suélen Matozo Franco**
André Luiz Maranhão de Souza Leão***

Resumo

Apoiados na fecunda filosofia foucaultiana, objetivou-se com este estudo compreender como o corpo pode constituir-se capital por meio da ação do biopoder, um poder que atua sobre o corpo e a vida e mobiliza e impulsiona as sociedades contemporâneas. Considerou-se que essa condição perpassa por investimento em identidades culturais, fruto de uma série de mudanças do mundo globalizado e apontou-se a existência do indivíduo apenas como um efeito de poder, uma materialidade que se exerce sobre o corpo. Para ilustrar essa discussão, trouxe-se um exemplo empírico baseado em dados secundários: os discursos dos super-heróis da vida real e a compreensão de como práticas de consumo produzem sujeitos embasados em um tipo de poder orientado para vida. Nossa conclusão aponta para um biopoder reconfigurado e atuante que investe no corpo como objeto de política.

Palavras-chave: *Biopoder. Marketing crítico. Discursos. Super-heróis da vida real.*

* Doutoranda em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração - Propad.

** Doutoranda em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração - Propad.

*** Doutor em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Administrativas da UFPE. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Colider do Lócus de Investigação em Economia Criativa.

Introdução: sob a lógica do consumo

Fragmentações, multiculturalismo e hibridismo cultural constituem algumas das mudanças contemporâneas do mundo globalizado que incitam o investimento em identidades. Nas formas de consumo da economia política na qual estamos inseridos, agentes expressam seus sentimentos, constituem identidades e consomem experiências como forma de se produzirem socialmente (FIRAT; DHOLAKIA, 1982; LEE, 2005). Essas mudanças, aliadas às reorganizações em escala global, às novas combinações de espaço-tempo e à facilidade de acesso às mais diversas culturas, propiciaram uma variedade de efeitos que se refletem nessa concepção de identidade. (HALL, 2003; WOODWARD, 2000)

A sensação de instabilidade cultural e as diversas lutas simbólicas travadas para distinção social fazem parte da economia política à qual estamos expostos (LEE, 2005). Os novos padrões culturais e de consumo colaboraram para solidificar uma nova ordem social regida pelo consumo, segundo a qual indivíduos têm a possibilidade de se reconstruírem continuamente (BARBOSA, 2004; MAZETTI, 2012; MCCRACKEN, 2003; ROCHA, 2005; SANTOS, 2011; SLATER, 2002). Nesse tipo de consumo, em que ícones são cultivados e “monetizados” pela indústria da cultura para a autoexpressão do consumidor, o produto se transforma em um condutor de experiências, vivenciadas em narrativas pautadas por mitos de identidade. (HOLT, 2006)

As fragmentações contemporâneas foram reforçadas pelo avanço da modernidade: a substituição do *ethos* do consumo pelo *ethos* da produção abriu espaço para que a lógica de mercado preenchesse as lacunas das instituições e dos meios de comunicação que ordenavam as esferas da vida social. Como as mudanças obedeceram a uma lógica de mercado, o social foi articulado como uma economia e, quando a identidade cultural foi desarticulada de suas bases tradicionais estáveis, uma consciência foi produzida na ausência ontológica: o patrimônio cultural comum foi dissolvido e as identidades passaram a ser formadas com base em autoconceitos e na negação de qualquer apego social em si mesmo (LEE, 2005; FIRAT; DHOLAKIA, 2005). Essa nova moralidade, que tem bases no hedonismo, na despesa a crédito e em investimentos em prazer e nessa economia política a vida social, é reduzida às experiências de consumo. (FIRAT; DHOLAKIA, 2005), simulando uma *realidade experimental*. (SOUZA JÚNIOR, 2013)

O entendimento dessas mudanças concerne, pois, à constituição histórica do sujeito, na qual as políticas de representação e a cultura

contemporânea são frutos das transformações do próprio capital, cujas mudanças desorientaram os antigos pilares guias da sociedade (tempo/ espaço, trabalho/lazer) e hoje apontam para novas constituições subjetivas (LEE, 2005); esse conjunto representa e compõe uma forma de racionalidade estruturada sob a lógica econômica. Para Foucault (2009b), esta racionalidade está presente nas sociedades ocidentais desde o início da modernidade e, desde que o homem adquiriu existência política, constitui um poder sobre a vida (biopoder), que transformou o corpo e a população em objeto de política. Para o autor, a compreensão do movimento liberal clássico e do neoliberalismo americano, do conceito do *Homo economicus* e seu deslocamento da concepção clássica revela-se o conjunto corresponsável pela inversão da lógica econômica clássica, que passou a orientar, também, as políticas sociais, culturais e educacionais de todos os países desenvolvidos nas últimas décadas do século XX. (FOUCAULT, 2008b)

Ao entender que o poder aplica-se à vida cotidiana em suas diversas microrrelações, caracterizando o indivíduo, marcando sua individualidade e ligando-o à sua identidade (FOUCAULT, 1995), e que o biopoder é a força, a racionalidade que atua diretamente sobre a gestão do corpo e da vida da população (FOUCAULT, 2008a), nossa discussão se volta para o entendimento de como o biopoder é capaz de transformar o corpo em capital nessa economia política, transformando-o, ao mesmo tempo, em corpo-produto e corpo-consumidor. (SOUZA JUNIOR, 2013)

Para tanto, abordamos a concepção histórica do homem sob o efeito da biopolítica e de que forma se dão as relações de poder capazes de fazer emergir a existência do sujeito. Por fim, articulamos todos os conceitos à luz de dados secundários (discursos dos super-heróis da vida real) visando elucidar o uso do corpo como capital na biopolítica, uma racionalidade ainda atuante, um tipo de poder sobre a vida que não apenas mobiliza essa forma social, mas, suspeita-se, encontra-se em plena expansão. (SIBILIA, 2010)

A biopolítica e o poder para Michel Foucault

A compreensão de como a biopolítica atua no contemporâneo sobre a gestão do corpo e da vida da própria espécie humana implica o reconhecimento da historicidade do sujeito e de outra forma/racionalidade de governo¹, que Foucault denomina de

1 Michel Foucault entende o governo tanto como a possibilidade de atuar sobre sujeitos atuantes, sendo essas práticas distribuídas nas diversas microrrelações do tecido social, como uma relação que se estabelece consigo mesmo, por exemplo, ao dominar os prazeres e desejos. (CASTRO, 2009)

*governamentalidade*², e que transformou instituição em empresa e homem “parceiro de troca” em “agente de si mesmo” no sistema de consumo.

Tal entendimento requer contextualização. Para Foucault (1995, 2007, 2009b), o social é constituído por um conjunto discursivo permeado por relações de poder/saber. O poder é uma característica inerente às ações humanas, sendo os saberes objeto de poder numa relação capaz de produzir e instituir verdades. Diante disso, os processos e lutas que atravessam essa relação é que determinam formas possíveis de conhecimento (MACHADO, 2009). O poder é entendido como uma ação: exercer poder é conduzir condutas. A relação, portanto, não é da ordem do afrontamento, mas do governo: “Governar, nesse sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros”. (FOUCAULT, 1995, p. 244)

Entendendo que as relações de poder foram cada vez mais *governamentalizadas*, ou seja, foram racionalizadas tomando a forma de instituições do Estado, Foucault (1995) volta-se para as análises históricas sobre o liberalismo como um movimento fundador do Estado. Nesse sentido, afirma, foram as transformações dos mecanismos de poder na era moderna as responsáveis por tornar a vida biologicamente considerada. Durante esse período, o direito de fazer morrer (poder do soberano) foi substituído pelo de fazer viver, e o poder se organizou em torno de questões de vida: de um lado, a biopolítica da população voltou-se para o suporte de processos biológicos (cuidando do equilíbrio da população e de seu crescimento); de outro, as disciplinas consideraram o corpo uma máquina (cuidando da população, da mão de obra e da sua capacidade de trabalho). Essa tornou-se uma economia política economicamente útil, indispensável ao desenvolvimento industrial capitalista. Nesse processo, o corpo e a população foram transformados no objeto da política moderna, e a disciplina revelou-se uma mecânica de poder para fabricação de indivíduos, um poder que penetra e se encontra exposto no próprio corpo. (FOUCAULT, 2009b)

É em uma forma de gestão econômica e em seu aparato tecnológico (instrumentos), que se diferencia o conjunto de indivíduos e a população (objeto de governo). Foucault (2008a, p. 56) compreende a população como novo “sujeito político (coletivo) absolutamente alheio ao pensamento jurídico e político dos séculos prévios [...]”. Para o autor, a população “aparece tanto como objeto, isto é, aquilo sobre o que, para o que são dirigidos os mecanismos para obter sobre ela certo efeito, quanto, como sujeito, já que é a ela que se pede para se comportar deste

2 O conceito foucaultiano de *governamentalidade* refere-se à ligação semântica entre as palavras governar (*gouverner*) e modos de pensamento (mentalidades) (LEMKE, 2000). Segundo Veiga-Neto (2000, p. 181), o conceito de *governamentalidade* se refere a “uma razão ou tática de governo, uma racionalidade governamental que descobre a economia e que faz da população seu principal objeto [...]”; essa se estende para todo o cotidiano social. (MAZETTI, 2012)

ou daquele jeito”. Essa intervenção, as práticas de controle e a vigilância sobre as populações são indicadores da racionalidade governamental que Foucault denomina *governamentalidade*.

Assim, as formas e as técnicas neoliberais de exercício do poder estatal trouxeram novas instâncias normativas para gerir as populações; por meio da *teoria do capital humano* e do conceito de *sociedade empresarial*, Foucault (1995) identifica que o sujeito moderno assujeitado pelas práticas disciplinares inicia uma transfiguração e passa a responder às reivindicações do mercado econômico. Com o neoliberalismo, segundo Foucault (2008b, p. 165), foi “[...] necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado”, definindo uma nova relação (inversão radical) da arte de governar. Para o autor, a *teoria do capital humano* no neoliberalismo americano buscou reintroduzir a questão do trabalho no campo da análise econômica: a tarefa não foi a do mecanismo relacional entre coisas e processos do capital (no qual o trabalho é uma engrenagem), mas, sim, o trabalho como conduta econômica, o ponto de vista de quem trabalha e como utiliza os recursos de que dispõe.

Nessa forma de *governamentalidade* surge uma nova concepção de homem: o *Homo oeconomicus*³, ou seja, o homem-agente econômico, que responde aos incentivos de concorrência do mercado neoliberal, que não é mais o parceiro de troca, mas o empresário de si mesmo; ele é o capital e produz a si mesmo para si mesmo, pois é o homem do consumo (FOUCAULT, 2008b). Assim, o trabalhador deixou de ser considerado um simples objeto de oferta e da procura, uma força de trabalho, para ser um sujeito econômico ativo: as pessoas trabalham para ter um salário, mas este não significa o preço de venda de sua força de trabalho, e, sim, a aquisição de uma renda. Renda é entendida como um produto de um capital e capital, como toda possibilidade de renda. O trabalhador, portanto, transforma-se numa máquina capaz de produzir fluxos de renda, uma espécie de empresa de si mesmo. Dessa forma, este é um retorno e um deslocamento ao conceito de *Homo economicus* clássico.

Apesar de a melhoria de recursos dos “equipamentos natos” constituir um problema político, é nos recursos adquiridos que se encontra o foco de análise dos neoliberais: os investimentos educacionais, que perpassam o tipo de cultura dos genitores, tempo de dedicação, de capital empregado e de cuidados médicos de manutenção e conservação desse capital. O entendimento neoliberal inverte, pois, a lógica econômica clássica: a inovação, as novidades, as invenções tecnológicas são todas rendas do capital humano, fruto do investimento no indivíduo. (FOUCAULT, 2008a)

3 Expressão de Foucault (2008b).

Essa forma de racionalidade permite que os neoliberalistas utilizem a economia de mercado para analisar fenômenos não econômicos, fenômenos sociais. Generalizam-se as formas de mercado para todo o sistema social, o que acarreta certos aspectos: além do princípio de inteligibilidade das relações sociais e dos comportamentos individuais tornar-se pautado pelas condutas econômicas, a crítica às ações do poder público em termos de mercado faz o *laissez-faire*⁴ adquirir um sentido oposto ao do liberalismo. O mercado deixa de ser um princípio de autolimitação do governo para criar-se uma espécie de tribunal econômico que afere as ações públicas em termos de economia e de mercado. A grade econômica deveria permitir testar a ação governamental sendo sua aplicação não apenas para fazer compreender processos sociais, mas para filtrar as ações do poder público nesses termos tornando-se, ao mesmo tempo, uma crítica permanente às ações do governo nos Estados Unidos. (FOUCAULT, 2008a).

Contudo, essa aplicação neoliberal de análise trouxe problemas de teoria e método: uma questão de legitimidade e um problema prático. A noção de sociedade civil é parte da tecnologia de governo moderna e deslocou-se no decorrer do século XVIII: caracterizada por uma estrutura jurídico-política de Locke, em Ferguson mudou de conteúdo e não pôde ser reduzida aos vínculos econômicos, passando a ser entendida como um tipo de mecânica análoga que defende a ligação dos indivíduos na sociedade civil por “interesses desinteressados” (instinto, simpatia, compaixão, repugnância à infelicidade de outros e prazer com a infelicidade de certos indivíduos, etc.), ou seja, reconhece a existência do interesse não egoísta que faz o indivíduo abraçar causas sociais. Assim, a sociedade civil tornou-se o veículo para o vínculo econômico, que tenderá, por sua própria característica, a desfazer o primeiro vínculo espontâneo, tornando incisivo o interesse egoísta dos indivíduos. (FOUCAULT, 2008b)

O jogo livre dos interesses individuais em compatibilidade de relação com os interesses de cada um e de todos promove as crises de governamentalidade que ocorrem há dois séculos (SENELLART, 2008). Esse tipo de luta é contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete aos outros, um tipo de luta que se dá contra as formas de sujeição (FOUCAULT, 1995). Embora haja recusa ao que já não somos e, ainda assim, nos submete, Sibilia (2010, p. 6) avalia que, “como o biopoder atinge todos os sujeitos ao longo da vida, cabe concluir que essas energias estão em plena expansão” e que, por isso, os indivíduos podem cada

4 O *laissez-faire* tornou-se uma espécie de chavão do liberalismo clássico: defendia que o estado deveria interferir o menos possível na atividade econômica; para tanto, “pedia-se ao governo que respeitasse a forma do mercado e se ‘deixasse fazer’”. (FOUCAULT, 2008b, p. 339).

vez mais e durante mais tempo: o biopoder faz aumentar a quantidade e a qualidade de vida, sob a racionalidade instrumental das técnicas e regras de mercado.

É nesse sentido, que “todo e qualquer corpo é considerado, também e de modo crescente, um ‘capital’. O valor desse ativo financeiro de cada um se estabelece em função de diversas variáveis, todas elas sujeitas às flutuantes cotações dos mercados nos quais o sujeito em questão se movimenta” (SIBILIA, 2010, p. 7), sendo esta uma tarefa e um tipo de poder que exercitamos cotidianamente em nós mesmos e nos outros.

Assim, essa é uma estratégia de poder disciplinar e adquire importância pelo fato de ser uma relação de poder/saber produtora de individualidade: o indivíduo, nessa forma social, só adquire existência como um efeito de poder, implicando que a ação sobre ele só é possível à medida que ele é *Homo economicus*. O poder aplica-se, assim, à vida cotidiana em suas diversas microrrelações, caracterizando o indivíduo: marcando sua individualidade e ligando-o à sua identidade. Essas relações de poder impõem-lhe uma lei de verdade, que deve ser reconhecida por ele nele mesmo e pelos outros para que se torne sujeito, sujeito tanto à sua própria identidade como ao seu autoconhecimento (FOUCAULT, 1995). Segundo Sibilía (2010), apesar de, no contemporâneo, os conceitos terem-se deslocado, ganhando novas formas nas mãos de Gilles Deleuze, Antônio Negri, Paul Rabinow, dentre outros desbravadores, é o poder de “fazer viver” que propulsiona e mobiliza fortemente nossas sociedades.

Buscando tornar mais clara a discussão, a seguir trazemos o exemplo empírico dos super-heróis da vida real para ilustrar a argumentação.

Os super-heróis da vida real

Os super-heróis da vida real estão se multiplicando. Vários são os movimentos fundados sob um tipo de luta específico: a busca por justiça e por fazer do mundo um lugar melhor. Atualmente, além de esses grupos estarem despontando em diversos países, diversificaram-se as causas: lutam pelos necessitados, defendem os animais e o meio ambiente, assumem causas políticas, enfrentam a criminalidade, etc.

Uma das cadeias⁵ mais representativas desse tipo de movimento é o *Real Life Superhero* (RLSH), uma liga da justiça, que conta com a filiação de 60 super-heróis nos Estados Unidos e quase 800 colaboradores na internet. Os membros da RLSH afirmam agir como intermediários entre os cidadãos e a segurança pública, e seu maior compromisso é

5 Entendemos que cada comunidade representa uma cadeia discursiva, pois é composta de lutas específicas e possui seus super-heróis afiliados. Desse modo, referimo-nos a cada uma como uma “liga da justiça” não apenas em referência à temática de sua luta específica, mas ao fato de ser a denominação utilizada (*Liga da Justiça da América*) no início da década de 1960 pela editora DC Comics, para reunir, em um único grupo, seus maiores super-heróis, uma estratégia mercadológica adotada em resposta a um contexto específico. (ALVES, 2003)

ajudar os desabrigados e angariar fundos para caridade. Todos os engajados são pessoas comuns, que trabalham e/ou estudam e, vestidos de super-heróis, patrulham as ruas durante as horas livres, buscando, para além da possibilidade de ajudar alguém, o reconhecimento e a aventura, ou seja, a vivência de experiências gratificantes.

A articulação entre as diversas lutas se dá em torno da posição comum assumida contra a apatia do poder público frente às recentes dificuldades enfrentadas pela sociedade, estando o recurso dessa construção alocado na cultura mercantilizada: o modo de vida americano, que se expandiu como uma forma de vida universal incrustando a figura do herói no imaginário social. (MEDEIROS; SEVERIANO, 2008)

A identidade de super-herói é, assim, praticada por um agente político, constitui uma subjetividade política e promove posições de sujeito que produzem os indivíduos socialmente. Os processos de simulação promovidos por esse tipo de consumo faz do consumidor um agente de autoimagens (FIRAT; DHOLAKIA, 2005), reduzindo as fronteiras entre o real e o virtual. (MEDEIROS; SEVERIANO, 2008)

Contudo, a experiência tornou-se uma representação melhor que o real, pois exclui o que não é atraente, seguro ou agradável, numa fusão completa entre fantasia e realidade⁶. Ao articular novas formas de sociabilidade, o conjunto de mudanças compõe modos de subjetivação, e o sujeito é constituído na relação de objetivação/subjetivação⁷ (FOUCAULT, 2009b). Como a identidade está sempre em construção (WOODWARD, 2000) e sendo essa a ação política que faz do sujeito um constituir constante (FOUCAULT, 2010), a posição de super-herói revela-se um momento em que se assume um discurso/texto cultural. Assim, a vida é produzida por meio de experiências múltiplas, espaços são criados (como terras da fantasia) para simular como a vida poderia ser, e neles é investida grande parte do tempo da vida real. (FIRAT; DHOLAKIA, 2005)

Os super-heróis, a biopolítica e consumo de experiências

Os conceitos em torno do exemplo empírico foram aqui articulados na busca de elucidar como o corpo se torna um capital para investimentos, um objeto da biopolítica. Os dados secundários foram dispostos em quatro temáticas, visando orientar a sequência da ilustração: os motivos alegados pelos super-heróis para suas ações, em que consistem essas ações, que influências as permeiam e como se dá a liga da justiça. A discussão seguirá, pois, essa ordem.

6 Relação amplamente discutida por autores como Debord (1997) e Baudrillard (1991).

7 Os modos de subjetivação são as práticas de constituição do sujeito presentes em sua história e em sua cultura, e as formas de objetivação são os modos pelas quais o sujeito foi objeto de saber e de poder para si e para os outros. Essas duas formas (objetivação e subjetivação) possuem um desenvolvimento mútuo.

Os discursos alegam que as lutas se estabelecem no auxílio aos desfavorecidos. A sensação de falta de apoio inspira algumas pessoas a assumirem a missão, como o faz Thanatos: “Eu quero inspirar as pessoas a dizerem ‘Eu posso fazer algo’” (GOLD, 2011). Essa é uma forma de poder almejada e se caracteriza por conduzir condutas, no intuito de estruturar o seu campo de ação e o de outros (FOUCAULT, 1998). Para além dessa possibilidade, evidencia-se a busca pelo reconhecimento e pela aventura; porém a autossatisfação requer que as experiências gratificantes e divertidas sejam desacompanhadas de compromissos, regras ou horários, tendo em vista que incorporam uma espécie de trabalho voluntário, cuja ação produz socialmente o sujeito. Urban Avenger (2011) acredita que possui muitas vantagens em agir como policial, mas não ser um deles: escolhe seu horário de atuação, define sua ação do dia e não precisa cumprir burocracias nem obedecer a códigos municipais: “Tenho liberdade praticamente absoluta”, além, é claro, “de vestir uma roupa legal”. A vestimenta e os acessórios os caracterizam e despertam a atenção e tanto a mídia quanto as redes sociais favorecem a divulgação de suas práticas, tornando-os (re)conhecidos. Desse modo, a ordem discursiva (motivos alegados, o vestuário, o consumo da experiência, a possibilidade de reconhecimento) permite uma organização do real, constitui o sujeito e encontra o lugar para o exercício do poder (governo). (AGUIAR; SCHAUN, 2011)

Os discursos indicam que a luta é travada contra a indiferença individual e a violência econômica e ideológica, ou seja, luta-se contra uma técnica de poder que se aplica à vida cotidiana, e o problema é nos liberarmos tanto do Estado quanto da forma de individualização que a ele se liga (FOUCAULT, 1995), pois o ser sujeito é marcado por uma identidade que o categoriza e faz-se, apenas por meio dela reconhecer na economia cultural e política. (FIRAT; DHOLAKIA, 2005; LEE, 2005)

O conceito de desejo de justiça, que engaja cidadãos comuns, é amplo. Phoenix afirma: “Eu simbolizo o fato de que a pessoa comum não tem que andar e ver coisas ruins sem poder fazer nada” (UOL NOTÍCIAS, 2011). A relação do sujeito-empresa de si mesmo é evidente: ele (seu corpo) é seu próprio capital, é produtor de si mesmo, sendo para si mesmo a fonte de sua renda (FOUCAULT, 2008). A questão reforça-se quando Capitanblack (2011) demarca sua identidade diferenciando-a da identidade policial: “Deus, eu odeio a papelada [...]. Eu tenho liberdade praticamente absoluta [...]; acho que minhas crenças pessoais e minhas escolhas de estilo de vida refletem o RLSH que sou”.

A intromissão deixa a polícia apreensiva: o detetive Jeff Kappel, da polícia de Seattle, afirma que cenas caóticas já os obrigaram a classificar

rapidamente quem eram os suspeitos, as vítimas ou os espectadores. A transgressão é comum: Capitanblack (2011) propõe ocupar a Wall Street de heroísmos, chamar a atenção para a causa coletiva e, com isso, “[...] promover finalmente impacto nas políticas públicas sobre questões sociais vitais, como a prevenção do crime e falta de moradia”. Phoenix Jones, apesar de já ter sido preso, diz que “não há nada errado com os cidadãos se envolverem com o processo de justiça criminal – desde que eles persigam isso [a justiça] durante todo o tempo” (AMERICANO..., 2011). A vida social reduzida a experiências de consumo contribui para a construção de uma subjetividade com base no livramento de responsabilidades e de constrangimento social, moralidade, ética, consciência, crenças e demais filiações que consolidam um padrão de vida social (FIRAT; DHOLAKIA, 2005). Essa forma de violência é um efeito de poder que provém de uma determinação de poder acompanhada da in-submissão da liberdade. (FOUCAULT, 1995)

Os super-heróis da vida real são inspirados em modelos de significação da indústria cultural: para Gold (2011), a ação dos heróis se dá porque “muitos compartilham um amor por quadrinhos e filmes de super-heróis e uma paixão por trazer as virtudes de confiabilidade, bravura e abnegação dos super-heróis para o mundo real”. Essa identidade praticada por um agente político se alimenta da e realimenta a indústria cultural e promove posições de sujeito (FIRAT; DHOLAKIA, 2005). Essa mudança no modo de interagir dos sujeitos é também uma consequência dos avanços tecnológicos que propiciaram as transformações nos modos de consumir e produzir as informações no contexto social (GALANTE; GUARESCHI, 2011). As novas formas de sociabilidade (objetivação) promovem novos modos de subjetivação, constituindo sujeitos. (FOUCAULT, 2009b)

Os patrulheiros se atiram em diferentes experiências, muitas vezes vivenciando o problema de outro para enfrentar a própria vida. **Statesman**, um super-herói de Birmingham, afirma: “Tento equilibrar a impopularidade de meu trabalho durante o dia [executivo de banco] salvando pessoas à noite” (CONFIRA..., 2011). A vida produzida por experiências oportuniza a simulação de como esta deveria ser (FIRAT; DHOLAKIA, 2005); graças à complexidade do fenômeno de consumo (PEZZINI, 2007), a possibilidade volta-se para tornar a vida como esta poderia ser. (REIS, 2010)

Contudo, a liga que junta os diversos grupos e suas diferentes causas é a própria luta do “fazer viver”, um poder organizado em torno da vida (FOUCAULT, 1998). Os laços representam um vago sentimento de solidariedade. Meganno afirma: “[...] percorro as ruas de dia e de noite porque a cidade está cada vez mais louca e precisa de mais alguém que a proteja [...]. Sou um cidadão comum que tenta fazer com que o bem

prevalença” (AMERICANO..., 2011). Dark Guardian (RSLH) um patrulheiro das ruas de Nova York, afirma: “Há um herói em todo mundo [...]; todo mundo pode fazer a diferença; nós somos apenas um exemplo drástico do que as pessoas podem fazer”. (GOLD, 2011)

Conclusão

No desenrolar dos argumentos, possibilitamos pensar os problemas cotidianos sob a ótica da biopolítica: um poder que coloca o corpo como alvo de investimentos e o torna um capital, segundo o eixo flexível das economias de mercado. Um poder atuante, porém reconfigurado.

As várias pressões e mudanças dos últimos tempos deslocaram o local da produção para o tecido social, e o capital foi reestruturado: deixam à cena o tempo e a força de trabalho para ser cultuada a capacidade do sujeito em produzir capital. O que dá a liga aos grupos é o próprio sistema de poder e sua materialidade agindo sobre o corpo. Assim, iniciam a luta (que é a de cada um) todos aqueles que reconhecem um poder como abusivo (FOUCAULT, 2009a). As reivindicações são de teor moral e pertencem a uma realidade-referência que valoriza certos conceitos capazes de possibilitar investimentos nessa economia de poder. Como afirma Sibilía (2010), a construção do que se é se dá de dentro para fora, materializa-se no corpo, um capital social reconhecido como passível de investimentos, para um sujeito que se estabelece socialmente nas práticas de consumo.

Nos super-heróis da vida real e suas mais diversas lutas por uma vida melhor, o poder penetra e encontra-se exposto no próprio corpo, porque “a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada para o sistema que tentava controlá-la”. (FOUCAULT, 1988, p. 158)

Biopower in action: the body would be a capital for superheroes in real life?

Abstract

It was aimed at with study, with support in the fertile foucaultian philosophy, to understand as the body can be constituted capital through the action of the biopower, a power that acts about the body and the life and it mobilizes and it impels the contemporary societies. It was considerate that this condition it is exceeded for investment in cultural identities, result of a series of changes of the globalized world and the individual's existence was just appeared as an effect of power, a materiality that is exercised on the body. To illustrate that discussion, brought up an empirical example based on secondary data: the speeches of

the superheroes of the real life and the understanding of as consumption practices produce subjects based in a type of power guided for life. Our conclusion appears for a reconfigured biopower and active that invests in the body as politics object.

Keywords: *Biopower. Critical Marketing. Speeches. Superheroes of the real life.*

Referências

AGUIAR, L. A. de; SCHAUN, A. Heurística do medo: mídia e meio ambiente na sociedade de risco. *Revista Ação Midiática: estudos em comunicação, sociedade e cultura*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2011.

ALVES, B. F. *Superpoderes, malandros e heróis: o discurso da identidade nacional nos quadrinhos brasileiros de super-heróis*. 2003. 123 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Centro de Artes e Comunicação (CAC), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

AMERICANO perde emprego por patrulhar as ruas de Seattle vestido de super-herói. *UOL Notícias Internacional*, São Paulo, 3 nov. 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/internacional/2011/11/03/americano-perder-emprego-por-patrulhar-ruas-de-seattle-vestido-de-super-heroi.jhtm>>. Acesso em: 2 mar. 2012.

BARBOSA, Lúvia. *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CONFIRA lista de 'super-heróis' da vida real. *G1 – Planeta Bizarro*, São Paulo: 16 out. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/planeta-bizarro/noticia/2011/10/confira-lista-de-super-herois-da-vida-real.html>>. Acesso em: 2 dez. 2011.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FIRAT, A. F.; DHOLAKIA, N. Consumption choices at the macro level. *Journal of Macromarketing*, Califórnia, v. 2, n. 2, p. 6-15. 1982.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. v. 1.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros: curso do Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: _____. *Microfísica do poder*. Organização de R. Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2009a.

FOUCAULT, M. Poder-corpo. In: _____. *Microfísica do poder*. Organização de R. Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2009b.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

GALANTE, C.; GUARESCHI, P. Cidadãos conectados: a revolução das vozes alternativas. *Revista Ação Midiática: Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, v.1, n.2, 2011.

GOLD, J. *Costumed crusaders taking to the streets*: but real life superheroes don't superpowers and most don't fight crime. 2011. Disponível em: <http://www.msnbc.msn.com/id/41121744/ns/us_news-giving/t/costumed-crusaders-taking-it-streets/> Acesso em: 2 dez. 2011.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HOLT, D. B. *Como marcas se tornam ícones: os princípios do branding cultural*. São Paulo: Cultrix, 2005.

LEE, M. J. *Consumer, culture reborn: the cultural politics of consumption*. London: Routledge, 2005.

LEMKE, T. Foucault, governmentality, and critique. In: RETHINKING MARXISM CONFERENCE, University of Amherst (MA), 21-24, set. 2000. Disponível em: <<http://www.andosociology.net/resources/Foucault%2C+Governmentality%2C+and+Critique+IV-2.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2010.

MACHADO, R. (Org.). Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

MAZETTI, H. O consumo consciente e a governamentalidade neoliberal. *Mediação*, Belo Horizonte, v.14, n.14, p. 96-111, jan/jun. 2012.

MCCRACKEN, G. *Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Tradução de Fernanda Eugênio. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MEDEIROS, M. D.; SEVERIANO, M. F. V. Jogos de simulação de vida e subjetividade: a experiência de poder/controlado entre jovens jogadores de The Sims 2. *Colabor@: a revista digital da CVA/Riceu*, Curitiba, v. 5, n. 18, p. 400-409, 2008.

PEZZINI, I. Cervelli, Pierluigi. Semiótica e consumo: espaços, identidades, experiências. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 29-45, 2007.

REIS, P. H. Arquivo X e a projeção utópica da realidade: o pensamento tecnológico e as novas utopias. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 20, p. 215-225, 2010.

ROCHA, M. E. da M. Do "mito" ao "simulacro": a crítica da mídia, de Barthes a Baudrillard. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 10, p. 117-128, 2005.

SANTOS, T. C. A sociedade de consumo, os *media* e a comunicação nas obras iniciais de Jean Baudrillard. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 21, p. 125-136, 2011.

SENELLART, M. (Ed.). Situação do curso. In: FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SIBILIA, P. A vida interconectada, alongada e espetacular: desafios biopolíticos do século XXI. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 20, p. 5-8, 2010.

SLATER, D. *Cultura do consumo e modernidade*. Tradução de Dinah Abreu Azevedo. São Paulo: Nobel, 2002.

SOUZA JÚNIOR, E. B. de. Diante dos olhos deles: reflexões sobre o corpo, contemporaneidade e *reality show*. *Mediação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 16, p. 80-100, jan/jun. de 2013.

URBAN AVENGER. Urban Avenger [S.I.]. Urban Avenger [2011 dez.]: *Why don't you be a cop?* Disponível em: <<http://urbanavenger.reallifepowerheroes.org/2011/12/17/why-dont-you-be-a-cop/>>. Acesso em: 2 mar. 2012.

VEIGA-NETO, A. Coisas de governo. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-34.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Enviado em 25 de outubro de 2013.

Aceito em 20 de março de 2014.

A revista *Mediação* é uma publicação semestral do Curso de Comunicação Social da Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde da Universidade Fumec, voltada para a divulgação de trabalhos acadêmicos da área. As linhas temáticas priorizadas são: Comunicação e Sociabilidade; Comunicação e Cibercultura; Políticas de Comunicação; Comunicação e Cidadania; Comunicação Multimídia; Comunicação Audiovisual; Comunicação, Fotografia, Cinema, Vídeo, Música e *Web-art*; Comunicação Especializada; Epistemologia da Comunicação; Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

Artigos em inglês ou espanhol podem ser enviados e, caso sejam aceitos, receberão tradução financiada pela revista.

Normas para o envio de artigos

Solicita-se aos colaboradores que enviem para seus artigos para *Mediação* de acordo com as seguintes normas:

1) Os textos devem ser escritos em versões recentes do programa Word. O arquivo deve estar gravado com extensão **Rich Text Format (RTF)** ou qualquer outra passível de edição em um processador de texto compatível com PC. O corpo do texto deve vir na fonte **Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5**. As **citações recuadas** (mais de três linhas) devem ser escritas em **corpo 10 e espaço simples**. Vide template em nossa página no site <http://www.fumec.br/revistas/index.php/mediacao/index>.

2) Os artigos devem ser acompanhados de resumo em Português e Inglês (*abstract*), com extensão máxima de 10 linhas, espaçamento simples, na formatação.

3) A extensão ideal dos artigos varia entre 7 (sete) e 10 (dez) laudas.

4) O projeto gráfico opta pela utilização de notas de rodapé apenas para comentários do autor. As indicações bibliográficas devem constar apenas nas referências, ao final do artigo.

5) Fotos, infográficos e ilustrações – quando forem parte do artigo – precisam seguir em arquivo anexo, enviadas com a extensão **tiff** ou **jpeg** com qualidade alta, com a indicação de fonte e crédito (imagens coladas no word dificultam o trabalho de editoração).

6) Para trabalhos de mais de uma autoria, deverá ser informada a ordem de apresentação dos articulistas.

7) Os direitos autorais dos artigos publicados ficam reservados à Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde da Universidade Fumec. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

8) Após a análise e apreciação do artigo, independentemente do parecer, a Comissão Executiva da *Mediação* não devolverá os originais enviados para avaliação.

9) A Comissão Executiva da *Mediação* se reserva o direito de efetuar, nos artigos originais que forem selecionados para publicação, alterações de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com vista a manter o padrão culto da língua, respeitando, porém, o estilo dos autores. As provas finais dos artigos não serão enviadas aos autores.

10) Os trabalhos encaminhados para a *Mediação* serão avaliados pela Comissão Executiva. Se adequado à linha editorial previamente estabelecida pelo Conselho Editorial, o trabalho enviado será avaliado por pareceristas membros da Comissão Executiva. Dos pareceres emitidos, podem constar sugestões de alterações, acréscimos ou adaptações necessárias ao aprimoramento do texto examinado, a serem efetuadas segundo a concordância do autor, com vista à possível publicação. Os autores receberão, se for o caso, comunicação relativa aos pareceres emitidos. Nesse processo, os nomes dos pareceristas permanecem em sigilo, junto aos quais também é mantido o sigilo em relação aos nomes dos articulistas.

11) O ideal é que os artigos submetidos para publicação sejam inéditos. Caso tenham sido divulgados de qualquer maneira (comunicação, palestra, etc.) pede-se que esse fato seja registrado na mensagem de envio de material pelo correio eletrônico.

12) As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) devem ser consideradas, integralmente, no que se refere à apresentação do artigo a ser encaminhado para a avaliação da Comissão Executiva do periódico *Mediação*. Sugere-se consultar: NBR 6022; NBR 10520; NBR 12256; NBR 5892; NBR 6028 e 6024.

13) Publicado o texto, o autor receberá até 3 (três) exemplares do fascículo no qual consta o seu artigo.

14) As colaborações devem ser submetidas no site <http://www.fumec.br/revistas/index.php/mediacao/index>, acompanhados de um minicurrículo do autor, incluindo telefone e endereço, para o envio de 3 (três) exemplares da revista, em caso de publicação.